



**Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional**

Ata da reunião ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, às dez horas, presidida pelo Professor Rogério Dutra dos Santos, teve início a reunião Ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, com a presença dos Professores: Célia Barbosa Abreu, Eduardo Manuel Val, Evandro Menezes de Carvalho, Helena Elias Pinto, Mônica Paraguassu, Rodrigo Costa e Wanise Cabral e dos discentes Daniel Moraes, Luiz Antônio, Paula Pimenta, Roberta Moura, Fabrizia Bittencourt, Tertuliano Soares. Reuniram-se para deliberarem sobre: 1 – Leitura e aprovação da Ata anterior; 2 – Organização do CONPEDI – UFF; 3 – Aprovação do Edital Seleção 2013/PPGDC; 4 – Jubilação da Mestranda Jaqueline de Souza Gomes ; 5 – Pedido de equivalência de disciplinas; 6 – Revalidação de Título obtido no exterior; 7 – Núcleo de Educação Jurídica à Distância do PPGDC; 8 – Revista Culturas Jurídicas; 9 – Ativação da Comissão de Credenciamento; 10 – Relatoria da avaliação da disciplina Direito Internacional dos Direitos Humanos; 11 – Aprovação de modelo de Ata para Bancas de Qualificação; 12 – Aprovação das Bancas de Qualificação; 13 – Informes; 14 – Assuntos Gerais. O Professor Rogério Dutra dos Santos trouxe a Plenária a minuta da Ata anterior que foi lida e aprovada. Sobre a organização do CONPEDI foi exposta e aprovada a proposta da profa. Wanise Cabral de realizar atividade cultural durante o evento, mais especificamente a de realizar debate com os diretores, após a exibição do filme “Este homem vai morrer: um faroeste caboclo”. Foi aprovada também a indicação, pelo Prof. Evandro Carvalho, de uma mesa composta por integrantes da ABEDI durante o evento. Sobre o Edital de seleção para a turma de 2013 do PPGDC o mesmo foi lido e aprovado com as indicações bibliográficas trazidas pelos professores e com a ressalva da determinação judicial para que fossem estabelecidos prazos para recurso em todas as fases do certame. Sobre a ausência da mestranda Jaqueline de Souza Gomes deliberou-se e aprovou-se que trata-se de caso de



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

reprovação e não de jubramento, determinando-se, por conta desta decisão, que a mestrandia seja informada oficialmente pelo Programa. Sobre o pedido de equivalência de disciplinas da mestrandia Paula Pimenta Velloso, o mesmo foi encaminhado para relatoria do prof. Evandro Carvalho. Sobre a revalidação de título obtido no exterior, o processo foi encaminhado para o prof. Eduardo Val. Sobre o Núcleo de Educação à Distância do PPGDC, deliberou-se e decidiu-se pela posterior avaliação do projeto pelos membros do colegiado e pela eventual realização de um projeto piloto vinculado à uma disciplina do programa, os professores Eduardo Val e Helena Elias pediram vista do projeto. Sobre a Revista Culturas Jurídicas, o prof. Evandro trouxe a informação da necessidade de vinculação da mesma ao portal de periódicos da Capes, informou também da possibilidade de recursos da Proap para a editoração e publicação pela Eduff. Sobre a ativação da comissão de credenciamento foi deliberado e aprovada a publicação de edital afim de que os eventuais candidatos sejam avaliados e aprovados ainda no ano de 2012, afim de que se possa sacramentar o credenciamento dos novos professores junto à Capes e foi indicado o nome do professor Evandro de Carvalho para a realização de um workshop na próxima reunião afim de que sejam explicitados e deliberados os critérios de produtividade e o perfil dos docentes desejados pelo programa para fins de credenciamento. Sobre a disciplina Direito Internacional dos Direitos Humanos, decidiu-se pela perda de objeto da comissão avaliadora, sendo que os trabalhos dos alunos reprovados devem ser encaminhados para a correção da profa. Mônica Paraguassú, ficando estabelecida a possibilidade de encaminhamento para Verificação Suplementar daqueles que se mantiverem reprovados. Estabeleceu-se o prazo da primeira semana de dezembro para a divulgação das notas da correção. Sobre o modelo de ata de qualificação, foi apresentado modelo de ata simples, sem atribuição de nota e com a atribuição de APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, que foi avaliado e aprovado. Sobre as bancas de qualificação encaminhadas ao colegiado, as mesmas foram lidas e aprovadas. Nos informes, o professor Marco Antônio registrou o seu interesse em organizar um seminário sobre a corrupção no Brasil, ainda no ano



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

de 2012, o que foi aprovado. O professor Rogerio Dultra informou da necessidade de que os professores que ainda não ministraram aula nos primeiros três semestres do programa deverão fazê-lo agora. Nestes termos, o professor Daniel Raizman, a professora Wanise Cabral e a professora Célia Abreu indicaram que irão ofertar disciplinas, sejam elas respectivamente Direito Penal e Estado (comum eletiva), Tópicos Especiais de Direitos Sociais (Comum Eletiva) e, em parceria com o prof. Eduardo Val, Tópicos de Direito Constitucional Comparado na América Latina: relações públicas e privadas (Comum Eletiva). A professora Helena Elias informou que ministrará Tópicos de Responsabilidade Extracontratual do Estado (disciplina da Linha de Pesquisa Instituições) e o professor Roberto Fragale ficou dispensado de ministrar disciplina por estar de licença para pós-doutorado no exterior. A professora Helena Elias informou e pediu apoio para a realização de eventos em parceria entre o PPGDC e o Centro de Estudos Judiciários durante o ano de 2013, o que foi aprovado. A mestrandia Roberta Moura solicitou matrícula extemporânea nas disciplinas Teoria do Direito e Tópicos de Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado, por motivo de aprovação de concurso público. O professor Evando ponderou que, independentemente do resultado do pleito, este tipo de pedido excepcional não cria para o Colegiado nenhum tipo de precedente, o que foi aprovado. O pedido foi aprovado e solicitou-se à mestrandia que informasse na próxima reunião as atividades compensatórias das faltas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e extraído o presente extrato, que vai assinado, pelo Professor Doutor Rogerio Dultra dos Santos.